UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

DISCURSO OFICIAL E ORDEM PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE OS ANOS 1920

CRISTIANE RODRIGUES DE MELO

Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de documentos.
NEHAD

Natal / 2002.

CRISTIANE RODRIGUES DE MELO

DISCURSO OFICIAL E ORDEM PÚBLICA NA DÉCADA DE 1920 EM NATAL

Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de documentos.
NEHAD

Monografia de final de curso apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela professora Denise Mattos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Professor Almir de Carvalho Bueno.

Natal / 2002

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: 5

I - CONJUNTURA ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889 - 1930)

1. Economia ---------- 10
2. Sociedade ---------- 11
3. Política ---------- 13

II- A PRIMEIRA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE

1. Breve histórico do controle oligárquico no Rio Grande do Norte na Primeira República ---------- 21

III- O DISCURSO OFICIAL E A ORDEM PÚBLICA NA DÉCADA DE 1920.

1. Discurso Oficial ----------26
1.1 O Jornal A Republica ----------26
1.2 Universidade Popular ----------28
1.3 Associações Católicas ----------29
2. Contraposição ao discurso oficial ----------31
2.1 A greve da Fábrica de Tecidos e o discurso ----------31
2.2 A Coluna Prestes no Rio Grande do Norte ----------35
2.3 O Combate ao Cangaço ----------37

CONSIDERAÇÕES FINAIS ---------- 40

BIBLIOGRAFIA ---------- 43

" (...) Atrevidos, arrogantes, não temem difamar autoridades superiores,

Esses todavia, como brutos irracionais, naturalmente feitos para presa e destruição também hão de ser destruídos,

Recebendo injustiça por salários da injustiça que praticam. Considerando como prazer a sua luxúria carnal em pleno dia, quais nódoas e deformidades, eles se regalam nas suas próprias mistificações, enquanto banqueteiam junto convosco;

(...) engodando almas inconstantes, tendo coração exercitado na avareza, filhos malditos;"

Bíblia Sagrada

2 Pe. 2:10b-14b.

AGRADECIMENTOS

Ao Deus trino que deu-me forças e coragem para não desistir, e não parar de acreditar que seria possível...

Aos meus pais - Antônio e Marlene - e à minha família por existirem, e por darem as diretrizes...

À irmã Fátima Tavares, que esteve comigo nos momentos mais difíceis da minha vida, me apoiando tanto em palavras quanto em atitudes.

À Sueraldo Moreira pela paciência e compreensão.

Ao professor Almir de Carvalho Bueno, que "por sua conta e risco" me orientou.

Enfim a todos quantos direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

INTRODUÇÃO

No decorrer da história republicana, até os nossos dias é possível perceber a preocupação da classe dominante em produzir um discurso satisfatório para perpetuar e justificar seu domínio sobre as classes oprimidas. Desse modo, foi possível impedir que o operariado se rebelasse contra a ordem vigente, e não questionasse a situação, muitas vezes subumana, em que sobrevive.

Tentando entender o porquê dessas classes oprimidas não se mobilizarem nos dias atuais, a não ser quando são estimuladas por algum grupo dominante, sentimo-nos motivados a trabalhar o discurso oficial que se sobrepõe sobre a massa popular, conseguindo assim dominar uma grande maioria, e ao mesmo tempo exemplificar os mecanismos usados para tal manipulação.

O interesse em trabalhar esse tema, também deu-se pelo fato de que, desejosa de conhecer melhor o assunto, não havia bibliografia pertinente sobre ele no Rio Grande do Norte. Encontramos apenas o livro de Janice Theodoro da Silva, de 1978, *Raízes da ideologia do planejamento: Nordeste (1889-1930),* que trabalha as ideologias procurando "desvendar alguns traços essenciais da História Política do Nordeste na Primeira República (1889-1930)"[1]. Porém, não é nosso objetivo nos aprofundar aqui em conceitos que necessitam de muito tempo e de muitos subsídios teóricos para serem trabalhados. Almejamos apenas, traçar indícios e caminhos que nos levem a pensar a trajetória em que foram criadas as ideologias na República Velha, para entendermos, no presente, quais as raízes de nossas atitudes. Para isso, analisaremos os discursos de governadores potiguares da década de 1920, em suas Mensagens e Relatórios enviados ao Congresso Legislativo, e assim encontrarmos alguma pista que nos leve a compreensão do assunto estudado.

Escolhemos trabalhar a década de 1920, por entendermos que foi neste período que as contradições da República Velha ficaram mais intensas, por se multiplicarem as reações contra a classe dominante, estimuladas pela Revolução Russa de 1917, a Primeira Guerra Mundial e as constantes crises do café, que serão analisadas no decorrer deste trabalho.

---

[1] SILVA , Janice Theodoro da. Raízes da ideologia do planejamento, p. 21

Concordamos com Itamar de Souza quando, na introdução de seu livro, *A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930)*, justifica seu corte cronológico, dizendo que nesse período (1889-1930), "estão, em grande parte, as raízes das instituições norte-rio-grandenses", e que "ninguém vai entender plenamente o Rio Grande do Norte de hoje sem se debruçar sobre a história deste período."[2] Restringimos ainda mais essa assertiva a década de 1920 onde as contradições da República Velha se multiplicaram.

Trabalhamos dois acontecimentos que não ocorreram na capital, "A Coluna Prestes" (1926), na zona Oeste do Estado, principalmente em São Miguel, e o "combate ao cangaceirismo" (1927) em Mossoró, pois estiveram presentes nos discursos oficiais de governo, bem como de toda a elite intelectual da época.

O jornal A República em sua "constante função de órgão oficial, traz em seu bojo os elementos essenciais do sistema ideológico"[3] que a elite dominante estava desenvolvendo, "exercendo, enquanto órgão da classe dominante, ao mesmo tempo, a função de preservador e modificador do sistema ideológico em questão."[4]

Dividimos o trabalho em três capítulos. O primeiro apresenta a conjuntura econômica, social e política do Brasil na República Velha, onde trabalhamos a origem da sociedade republicana, no que diz respeito às classes sociais, ao sistema econômico e político, para depois chegarmos ao nosso objetivo. Para a realização deste capítulo utilizamos o livro de Edgar Carone[5], por entendermos que este livro é um clássico da historiografia brasileira, nesse período e por suas proposições acerca da construção das classes sociais. Os outros livros utilizados servirão apenas como contraponto a Carone no trabalho.

No segundo capítulo, procuramos tratar de estudar como se estruturou a sociedade, a economia, a política e as associações da classe trabalhadora no Rio Grande do Norte no período da Primeira República, e como a oligarquia Maranhão se estruturou no poder, para entender como esse processo se deu a nível local, pois a troca do domínio oligárquico para o "Seridó" se estruturou praticamente da mesma forma.

Para isso, utilizaremos os livretos de Itamar de Souza [6] e de Antonio Spinelli Lindoso[7]. O primeiro porque faz a descrição do período e sugere alguns caminhos para as

---

[2] SOUZA, Itamar. A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930), p.11
[3] SILVA, Janice Theodoro. Op. cit., p. 23
[4] Ibid.
[5] CARONE, Edgar. A República Velha I - instituições e classes sociais (1889-1930).
[6] SOUZA, Op. cit
[7] LINDOSO, José Antonio Spinelli. Da oligarquia Maranhão à política do Seridó.

explicações dos fenômenos estudados. Lindoso, por sua vez, nos forneceu as diretrizes que alguns autores tomaram para direcionar suas pesquisas no campo da história política e social do Rio Grande do Norte e do Brasil no que diz respeito às teorias que adotaram.

No terceiro, trabalharemos três acontecimentos que tiveram uma grande repercussão no Estado: a greve da Fábrica de Tecidos (1923), a Coluna Prestes no Rio Grande do Norte (1926) e o combate ao cangaceirismo (1927). A escolha desses episódios se deu pela importância que a classe dominante e a elite intelectual deram a eles e pela produção dos discursos que foram propagados para a sociedade através da imprensa e de instituições criadas pelo governo, como é o caso da Universidade Popular, com o intuito de contrabalançar a liderança de Café Filho no operariado natalense.

Para escrever o terceiro capítulo, utilizamos as Mensagens de Governo, o jornal A República (1920) e por fim alguns artigos de jornais de oposição. A partir desses relatos pudemos contrapor o discurso oficial do Jornal A República (reprodução do discurso do governo), com outros órgãos da imprensa oposicionista.

I- CONJUNTURA ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

No prefácio de A República Velha. I - Instituições e classes sociais (1889-1930), Edgard Carone afirma que a estrutura econômica básica dos grupos oligárquicos rurais da Primeira República era a agricultura. No Sudeste, Nordeste e Norte do País, desenvolveram-se três atividades primordiais e distintas no período: café, açúcar e borracha. Cada uma dessas atividades se distingue apenas por nuances, uma vez que coexistem dentro das mesmas relações econômicas, embora fossem aplicadas diferentes técnicas de produção. O cacau e o mate, atividades agrícolas secundárias, em pequena escala repetem esse mesmo fenômeno. Já a agricultura de subsistência - que em grande parte do país era dominante - apresenta-se de forma diferente, uma prova de que a economia de mercado não atingiu essas populações, embora sejam "notadas" apenas quando se dão os episódios de Canudos e do Contestado[8].

A indústria, por sua vez, é a demonstração de um crescimento urbano[9]. E no início esse fenômeno se repete continuamente em centenas de pequenas cidades, com instalação do pequeno artesanato, suprimindo, assim, as necessidades mecânicas da lavoura. Nos maiores centros urbanos, porém, a falta de comunicação faz com que se desenvolvam atividades industriais mais complexas para suprir o mercado local. Com o passar do tempo, além da passagem de uma forma de produção para outra, ocorre o crescimento urbano, possibilitando, assim, o aparecimento da grande indústria, com a melhoria dos meios de comunicação. Aquela por sua vez, sobrevive por causa da astúcia dos seus realizadores-nacionais e estrangeiros - em grande parte ajudados pelo mercado consumidor, pelo protecionismo governamental e pela inflação. O domínio imperialista, ainda não se dava ao nível da implantação de indústrias no Brasil, e sim, por meio de empréstimos públicos, controle do mercado exterior (agrícola - extrativo) e atividades bancárias[10].

Quanto às classes sociais - compreendidas num contexto histórico ligado a períodos anteriores, como no caso da burguesia comercial do império - delineiam-se como resultado

---

[8] CARONE, Op. cit. p. 1
[9] Ibid, p. 72
[10] Ibid, p. 1

desse processo agrícola - comercial - industrial. A terra ainda é a maior fonte de renda, por isso, as oligarquias rurais são dominantes. Em diversas zonas geográficas, as camadas da burguesia originaram-se delas. Os comerciantes estrangeiros que se tornaram comerciantes ou industriais, bem como o grande número de estrangeiros ligados ao comércio importador, formaram outros ramos de burguesia. As oligarquias dominantes baseavam sua ideologia ainda nos princípios do Manifesto Republicano de 1870[11]. Organicamente ligada a esse processo, a burguesia não contesta o domínio oligárquico; tampouco o questiona os elementos de origem estrangeira, que estão interessados apenas em enriquecer. Mas o contesta continuamente as classes médias e setores do operariado, fazendo crítica à situação dominante. É apenas esta a identificação entre ambos, pois enquanto as classes médias só se mostram hostis por querer uma posição mais elevada dentro da sociedade, o operariado idealiza uma transformação social. Mas na luta contra o domínio oligárquico, visando o fim desse regime, a ideologia e a ação operárias são muito mais radicais.

Reflexo desse quadro é o sistema político. Em toda extensão do Brasil encontramos o fenômeno do coronelismo que é responsável pela existência de poderes fragmentários , sendo as oligarquias regionais, consequência desse processo. A partir dessa realidade é possível perceber a construção de um sistema constitucional contraditório na permanência de formas opressivas de predomínio e ação prática. Disso resulta o paradoxo constante entre formas constitucionais e realidade, o direito e a força.

Os ideais republicanos eram idealizados no Brasil desde a segunda metade do século XIX, por grupos oligarquicos e o Partido Republicano (1870) que lutavam pelo federalismo. Mas, na verdade, a proclamação da República é a conquista de dois grupos que visavam seus próprios interesses[12]. O grupo dos fazendeiros almejava o fim da Monarquia para acabar com a centralização imperial, visando a autonomia estadual. Os militares, por sua vez, após a guerra do Paraguai, visualizavam, com a República, conseguir implantar uma sociedade moderna (com "ordem e progresso") e assim organizar-se livremente para tal intento. Estavam insatisfeitos com o governo imperial.

---

[11] A idéia republicana no Brasil, através dos documentos. A respeito do Manifesto Republicano. Cf. Pessoa p.39

[12] Oliveira, Laecio Luiz de. Década de vinte: os movimentos políticos e sociais no RN, p. 5

Este último grupo conseguiu dar o primeiro passo para a realização do seu ideal, quando conseguiu tomar o poder, proclamando a República e constituindo o primeiro presidente republicano mas decepcionaram-se com os acontecimentos, pois o mesmo era monarquista e até amigo do imperador. É bem verdade também que Deodoro não tinha apoio suficiente para administrar uma República dominada economicamente pelos senhores fazendeiros latifundiários que necessitavam da descentralização da economia- por ser ele adepto da centralização.

1-Economia

Os Estados de São Paulo e Minas Gerais, juntos representavam mais de 50%da produção econômica nacional ainda na pecuária nacional (e o RS), e eram favorecidos, por terem as áreas propicias à industrialização, pelo surgimento e a centralização industrial, também por causa da grande concentração de mão- de - obra provocada pela libertação dos escravos na região Sudeste, e , portanto levando a economia exportadora como já vinha sendo desse a época colonial[13]. O Nordeste, por sua vez, não acompanhou o mesmo ritmo dos passos da industrialização e continuou seguindo sua trajetória de decadência da produção de cana- de- açúcar. Aos poucos sua sociedade patriarcal conservadora e estagnada, vai do interior quando os produtos periféricos passam a ser mais valorizados (a partir da década de 1910) , dando lugar à implantação de um novo modelo econômico a base de mão- de- obra migrante e a implantação da usina, tomando o lugar do velho engenho. Mas a decadência do Nordeste e a ascensão do sudeste se dá também pelo próprio incentivo do governo aos cafeicultores.

O governo intervém na economia desde 1906 com o convênio de Taubaté, que estabelece a valorização do café, garantindo assim, uma alta rentabilidade do setor cafeeiro de 1906/30. Para isso ele recorre a grandes empréstimos externos[14].

---

[13] LOPES, Luiz Roberto. História do Brasil contemporâneo. In: OLIVEIRA. Op. cit. P.6.
[14] CARONE, Edgar. Op. cit; p.39

Para completar esse quadro econômico, apresentamos as consequências da Primeira Guerra Mundial. Se de um lado ela provocou a baixa das exportações do café por outro contribuiu muito para o avanço das industrias, uma vez que diminui a capacidade brasileira de importação, nos forçando a buscar subsídios próprios para as crises que adivinham de tal situação, e assim desenvolver projetos de fabricação de materiais que até então eram importados[15].

2-Sociedade

A formação de uma nova sociedade que estava se estruturando a partir de elementos que vinham do Império, bem como de outros que estavam surgindo, começa a dividir-se em várias classes sociais, nas quais é diluído o binômio senhor - escravo e aparece outro grupo sócio econômico mais complexo[16]. Portanto, "socialmente a primeira República é época de transição entre dois períodos, um mais estável e estagnado, outro mais dinâmico e de estrutura mais definidas"[17].

Edgar Carone em seu livro, A República velha: I instituições e classes sociais...,traça um quadro panorâmico linear das classes no Brasil do fim do Império e início da República, a partir da análise de Louis Couty (em Le Brésil em 1884, in Silvio Romeno, o Brasil Social, pp.19-20)[18]. Segundo ele "em primeiro lugar, existem as populações marginalizadas pela economia de mercado exportador, isto é, aquelas que não se ligam à exportação. Os índios, os caipiras, os matutos e os caboclos vivem a parte desta economia, empregando uma técnica primitiva para produção de consumo próprio. O binômio senhor de terra escravo liga-se às diversas formas de exploração da terra e a produção de artigos para a exportação, como o café, o açúcar , borracha etc. Finalmente, as populações urbanas, com sua divisão de trabalho - comércio, indústria, profissionais liberais preenchem a última categoria social[19]. No entanto, este quadro não delineia os aspectos dinâmicos das estruturas, que sofrem no momento transformações profundas que vão se estabilizar, embora momentaneamente, só o início do século XX[20]. Com a abolição

[15] OLIVEIRA, Laecio Luiz de. Op. cits;
[16] CARONE, Edgar. Op.cit; p.147
[17] Ibid. p.147
[18] Ibid. p.148
[19] Ibid. p. 147
[20] Ibid. p. 147

Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de documentos. NEHAD

da escravatura parte dos trabalhadores é marginalizada é substituído pelo imigrantes a irem para o Oeste paulista, fazendo com que esta zona prospere. É desta zona que sai a maior parte dos capitais para a industrialização de São Paulo[21]. Observa-se a parti daí, a mudança de uma sociedade completamente rural, passando a criar interesses comerciais e industriais provavelmente ligados ao capital internacional[22].

Em menor escala esse processo acontece em outras áreas do Brasil, onde as classes rurais que dominam, participam de atividades comerciais e industriais; provocando a migração de senhores de engenho bem como de seus agregados para as cidades, fazendo com que, de um lado a pequena burguesia e o proletariado tivessem suas fileiras reforçadas, e por outro, a corrente conservadora, é reforçada pela velha aristocracia, levando a atividades hostis a todas as tentativas de progressos ou reformas sociais nas cidades. No Nordeste, este processo é mais radical, devido a uma menor mobilidade social, um passado conservador e contínuo crise econômica.

Já nas zonas do café, onde havia uma maior mobilidade (nas classes rurais), o processo de desenvolvimento é variado, paralelamente dos *estancieiros* não sofre mudanças, continua sendo exercido pelas famílias latifundiárias tradicionais; não há transformações nas formas de produção, isso significa que as lutas que se desenrolam logo depois de 1889, representa divergências apenas de grupos, e não diferenças sociais antagônicas. Este processo significa diferenciação de grupos de interesse, nas regiões onde a produção agrícola se industrializa, como o mate no Paraná e Mato Grosso, e o açúcar no Nordeste, provocando, assim, transformações nas respectivas classes rurais. Já no interior do Nordeste e no vale do São Francisco, há predominância dos grupos da época imperial, onde não se verifica mudança.

De acordo com Carone, observa-se três processos paralelos, decorrentes da dinâmica agrária: "o da formação de uma classe média comerciante, o início da transformação do imigrante e pequeno proprietário, ou sua migração do campo para a cidade"[23].

Quanto ás grandes cidades, apesar das classes sociais já estarem estruturadas desde o começo da República _ muito embora com a fragilidade de alguns segmentos de classe- apresenta-se de uma forma mais complexa do que realmente aparenta ser: as atividades da

---

[21] Ibid. p.149
[22] Ibid. p.149
[23] Ibid. p.150

burguesia divide-se entre as finanças, o comércio e a indústria.[24] A expansão da rede bancária é tencionada a ligar-se ás atividades comerciais e industriais, desde o fim do Império, por um ramo da burguesia que forma a elite, cujo poder é efêmero, pois é desarticulado pela constante crise financeira do período; nas finanças temos o elemento nacional como predominante; já no comercio se da o contrário. Na industria ocorre á participação tanto do elemento nacional como do estrangeiro. Porém, a presença estrangeira não é tão expressiva, temos apenas alguns casos de grande sucesso como o dos Matarazzo, Crespi ... Já no caso dos brasileiros, a indústria surge mais organizada devido os grandes capitais das lavouras, a única prerrogativa que se faz ao seu destaque é a de sua necessidade de técnicos estrangeiros, desta feita, será administração é feita pelos mesmos.

Parte de nossa alta e média burguesia é de formação estrangeira. A alta classe média tem origem agro-burguesa, e seus elementos são profissionais liberais. Já os da baixa classe média vêm, em parte, de elementos decadentes da burguesia cafeeira e açucareira que vai se refugiar nas cidades, trazendo consigo valores passados, e constituindo ali, um grupo conservador. Para completar este quadro, observamos também um grupo de pessoas que progridem materialmente - devido às novas condições urbanas- formando o segmento de ascensão dessa baixa classe média.

Não nos interessa aqui o estado das relações das classes sociais, mas apenas apresentar um quadro da formação das estruturas sociais brasileiras, para entender alguns acontecimentos que se darão no decorrer da República Velha, que têm a ver com os objetivos desta monografia.

3-Politica

Politicamente a Primeira República vai se configurando no estabelecimento de grupos no poder que já reivindicavam a descentralização desde o Império. Contudo, a partir de 1860, devido o crescimento, expansão e maior complexidade das províncias, fazem com que fiquem mais acentuadas tanto reclamações como reivindicações federalistas[25]. Aos poucos, formam-se protestos políticos ao desequilíbrio financeiro, pois a maior parte das rendas arrecadadas no Império eram destinadas ao governo central, enquanto que as províncias tinham um numerário cada vez menor. Diante desta realidade,

[24] Ibid. p. 151
[25] Ibid; p.251

aconteceram na Primeira República inúmeras manifestações separatistas, como exemplo disto temos as manifestações separatistas do Crato, no Ceará, e as de São Paulo.

A República, por sua vez, através da constituição de 1891 que dava "completa liberdade aos Estados", vem apenas reforçar todas estas tendências: a receita de exportação, que iguala a da importação, reverte aos próprios Estados, as representações políticas estaduais se reforçam com as lutas pelo poder local, reorganizam-se as forças armadas dos Estados, mostrando o interesse que estes possuem em afirmar a sua autonomia. Mas estas afirmações de independência ainda aparecem insuficientes, pois manifestações teóricas e práticas continuam a surgir: em São Paulo persiste a idéia de separação[26], municípios ou zonas querem desligar-se e formar novos Estados, como os casos de Minas do Sul (1892) e o de Princesa, na Paraíba[27].

Nasce nesse contexto o fenômeno do Coronelismo, que é o desenvolvimento e a autonomia de agrupamentos sociais e políticos nos Estados. Este também é uma das conseqüências fundamentais do desequilíbrio entre o centralismo e o federalismo. O título de coronel dado ou vendido a alguns grandes fazendeiros, comerciantes e industriais locais, pela Guarda Nacional, representa em suas insígnias e uniforme o símbolo do mandonismo político, reflexo natural das estruturas existentes, dando-lhe privilégios legais para acomodar tais atitudes, nessa nova sociedade que estava se formando com a República.

O que veio consolidar o poderio dos coronéis em suas regiões, Estados e Municípios foi justamente a Política dos Governadores, no governo Campos Sales (1898-1902). Esta política consistia numa troca de favores entre governo estaduais e governo federal: eles apoiavam o presidente, o presidente lhes concedia o que pediam. Uma democracia sem povo, contra os trabalhadores e as classes médias[28]. Os coronéis garantem ao candidato situacionista sempre a maioria de 90% dos votos, pois controlam os eleitores. A partir daí eles passam a apoiar e a influenciar a política nacional, em troca de benefícios prestados pelos governos federais. Rapidamente esta política se transforma na política do café-com-leite, pela qual se revezavam na presidência da República políticos de São Paulo (maior produtor de café do país) e Minas (maior produtor de leite).

Neste trabalho é importante frisar que entre os favores que os coronéis recebiam do governo pelo número de votos que fornecia ao candidato, temos empregos públicos, verbas

---

[26] CARONE, Op. cit.1978, p.252
[27] CARONE, E. Op. cit, p.252
[28] Ibid; p.255

para obras, e o mais importante para esta monografia, o caso da questão da ordem pública: controle sobre a polícia local. Para se nomear um chefe de polícia dependia dos grupos, no Poder. Uma vez que o governo estadual apoia o governo federal, este lhes concede permissão para indicar seu candidato, e assim ter o controle de todos os trunfos, facilitando na realização de seus desejos, pois a política faz pressão na oposição.

Mas a limitação dos poderes dos governos estaduais e federais facilita o fortalecimento do domínio coronelístico e o aumento da autonomia local. Contudo, Oliveira diz que a forte preponderância das oligarquias paulista e mineira pela política do café-com-leite é o que "impede a integração dos demais estados nas decisões e na liderança política do país, (...)."[29]

Na década de vinte, ocorre o fortalecimento de grupos de oposição política, a partir de algumas influências como as idéias socialistas, anarquistas, da Revolução Russa e da Campanha do Partido Liberal de "conscientização de massa". Os intelectuais e artistas brasileiros criam o movimento modernista com seu início marcado pela Semana de Arte Moderna (1922), pregando a formação de uma identidade nacional, a partir de elementos nativos, como o Ibaporu (1928), de Tarsila do Amaral, cujo nome origina-se da língua indígena, significando um antropófago. No quadro é possível perceber uma pessoa deformada com a cabeça pequenina totalmente desproporcional ao corpo, os braços e os pés enormes , ao seu lado um cactos e o sol como e representasse o sertão e sua força de trabalho nas mãos e pés dos sertanejos que não tem instrução (interpretação da autora deste trabalho). Tarsila era pintora, nascida de uma família agrária próspera no século XIX, do interior de São Paulo, casa-se a segunda vez com o intelectual Oswald de Andrade, escritor. Estas eram as características da maioria dos intelectuais brasileiros. Vinham de famílias agrárias e faziam agora parte da burguesia, flutuando entre a alta e a baixa classe média.

Todos os grupos de oposição, de uma forma ou de outra, apresentavam-se como "salvadores da pátria", com uma solução pronta para resolver os problemas brasileiros. Porém, embora esses grupos não conseguissem o intento de "salvar o país" desarticulavam as oligarquias e o poder dos coronéis, obrigando-os a criar meios para reprimir e suprimir os movimentos que estavam surgindo, como o Tenentismo.

---

[29] Ibid, p. 271

II- A PRIMEIRA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE

Desde meados do século XIX, ainda no Império, a oligarquia açucareira entra em decadência. Desta feita, para sua própria sobrevivência, foi necessário que os donos de engenho - esta situação se deu preponderantemente no nordeste - além de implantarem usinas, tornarem-se parte integrante da burguesia agrocomercial[30]. Esta última, por sua vez, passa a dominar o Estado do Rio Grande do Norte durante a República Velha. É possível observar tal situação a partir da iniciativa do Estado para fundar a Associação Comercial de 1890[31].

Os outros segmentos da sociedade como a classe média, e a classe operária, surgiram com pouca expressividade política, uma vez que era muito reduzida. A classe média era composta de profissionais liberais, o funcionalismo civil e militar, e os pequenos e médios comerciante e outros setores de pouca expressão, já o operariado embora não tenha se formado de modo isolado do contexto nacional, verifica-se que assumia, na prática, peculiaridades regionais. De acordo com Itamar de Souza esta classe era bastante reduzida no Estado, e quando cita o Censo Demográfico de 1920, diz que "O Rio Grande do Norte possuía 197 estabelecimentos industriais e 2.146 operários"[32]. Em sua maioria, os trabalhadores eram: salineiros, ferroviários, portuários, gráficos, alimentícios e têxteis.

Os conflitos ideológicos e a postura política dos governantes norte-rio-grandenses, bem como os tipos de organizações que estavam sendo criadas aqui, é um reflexo do que ocorria com os trabalhadores em âmbito nacional.

Contudo, se em São Paulo, a população operária era de origem preponderantemente estrangeira, (menos de 10% era constituída por brasileiros[33]), no Rio Grande do Norte ocorre o sentido inverso. Com o declínio da cana-de-açúcar a população norte-rio-grandense sai da cidade para o campo. Isso também se deu por causa da ascensão do algodão e a emigração para o norte por causa do surto da borracha. Não houve nenhum surto imigratório no Nordeste.

---

[30] SOUZA, Itamar de. Op. cit. P.75
[31] Ibid; p.75
[32] Ibid; p.78
[33] CARONE, Edgar. Op. cit., p. 189

A classe trabalhadora de que fala Souza[34], no sentido de proletariado empregado por A. N. Melnikov, começa criar as suas organizações, e uma vez que as cidades litorâneas entravam com mais facilidades em contato com as idéias que se estabeleciam nas áreas mais desenvolvidas do país, isso facilitando para o surgimento das primeiras entidades desta classe no Rio Grande do Norte.

A criação de organizações trabalhistas acentua-se juntamente num período que coincide com a decadência do domínio da oligarquia Maranhão no cenário político. Mas isso tem a sua razão de ser.

As organizações proletárias são criadas com as finalidades de "combate, local de reunião de operários, de conscientização da classe[35]". Sendo assim, uma vez que o crescimento da classe operária coincide com o desenvolvimento da indústria, ou seja, da substituição da pequena produção e artesanato para a indústria, não houve uma acentuada criação de tais núcleos aqui, devido a não necessidade política do momento, por não haver um maior desenvolvimento industrial neste período. Parece mais que surgiram no estado como uma projeção do que ocorria em âmbito nacional, para enquadrar o Rio Grande do Norte aos moldes nacionais. O que sugere este entendimento, é justamente o fato de que a indústria e a finança não se desenvolveram aqui, como em alguns estados do sudeste, principalmente São Paulo. No Rio Grande do Norte a tendência econômica era a agromercantil, pelo menos na cidade de Natal.

Esta situação só vai se alterar quando o algodão - produto que ascende progressivamente no mercado externo, a partir de 1921, quando o açúcar era excluído desse mercado[36] - passa a ter grande crescimento e há uma penetração do capital industrial na economia potiguar (indústrias de bens de consumo popular, mineração e outras incentivadas pela política fiscal dos governos estaduais)[37]. Tudo isso, acentua-se num momento de transição da oligarquia Maranhão para a Oligarquia Medeiros (do Seridó) - 1914 - 1919 - no segundo governo de Joaquim Ferreira Chaves. O foco da política estadual passa a deslocar-se da região litorânea (açucareira - têxtil) , para a sertaneja do Seridó (algodoeira - pecuária).

---

[34] SOUZA, Op. cit., p.196
[35] Ibid. p.78
[36] LINDOSO, Antonio Spinelli. Da oligarquia Maranhão à política do Seridó. p. 34

[37] Ibid. p. 34

De acordo com Lindoso, citando Francisco de Oliveira :"estas duas regiões diferenciam-se entre si (...), nas formas que assumem a reprodução do capital e o processo de acumulação, a estrutura de classes e de poder, e as lutas de classes"[38].

Com o desenvolvimento desse quadro no Rio Grande do Norte, as organizações operárias potiguares surgiram em sua maioria no período entre 1919 e 1930. Souza sugere que este acontecimento resultou das repercussões da Revolução Russa de 1917[39]. Várias reivindicações da classe trabalhadora foram aceitas, devido a um maior flexibilidade das autoridades brasileiras, pela adesão do Brasil ao Tratado de Versalles em 1919. Embora no campo do discurso ideológico, desde 1917, "desenvolveu-se na Europa e no Brasil um trabalho com uma dupla finalidade: por um lado, reprimir a classe trabalhadora ligada às organizações anarquistas e socialistas e, por outro lado, agrupá-la em associações de orientações conservadoras"[40].

Durante os anos de 1920 no Brasil, as constantes crises pelas quais a oligarquia cafeeira passava, mesmo com a política de valorização do produto, pois decorriam do esgotamento do padrão agro- exportador centrado na expansão do café, proporcionaram um processo de transformação das estruturas social, política e econômica brasileiras. O equilíbrio, ainda que precário, foi quebrado com a crise mundial de 1929/33. Ao defender os preços externos do produto, a política de valorização garantia as margens de lucro, os níveis de emprego e a estabilidade da demanda interna. Desta forma, esta política estimulava a super produção, controlando as condições que a negociavam, pela garantia das margens de lucro, dada a relativa inelasticidade da demanda do café[41].

A crise de 1929, "provocou uma violenta queda dos valores de exportação e recessão da atividade produtora interna, que se refletiu por toda a economia. Por sua vez, a expansão do setor industrial (que, embora dependente da economia cafeeira, ganhava relativa autonomia) e de outros setores de âmbito regional (cacau, algodão, açúcar e carnes) geravam interesses específicos cujas demandas não eram devidamente atendidas pelas frações que dominavam o aparelho do Estado"[42].

---

[38] Ibid. p.32
[39] SOUZA, Ibid. p.83
[40] Ibid. p.83
[41] LINDOSO, Op. cit. p. 41
[42] Ibid.

Aí se encontram algumas razões para a demonstração em alguns movimentos regionais que tomaram proporções nacionais (como é o caso do Tenentismo) decorrentes da insatisfação e pressão desses setores regionais - reproduzidos pelas oligarquias descontentes com o demasiado predomínio paulista - aliado ao descontentamento tanto das classes médias urbanas quanto da média oficialidade das Forças Armadas com um sistema político que os excluíam e que eram pouco representativo. Somando-se a isto, temos a inquietação do operariado com a intensa repressão política que se sobrepunha as suas entidades sindicais e partidárias, bem como suas precárias condições sociais e de trabalho.

Essa situação resultou na criação do Partido Comunista e do Bloco Operário - Camponês (BOC), na constituição do Partido Democrático em São Paulo e na campanha da Aliança Liberal, que preparou as massas populares para receberem agradavelmente o levante armado de outubro de 1930[43].

No Rio Grande do Norte foi constituído um núcleo oposicionista na capital, por jovens da classe média - João Café Filho, futuro Deputado Federal e Presidente da República; Kerginaldo Cavalcante, futuro Senador e líder do Partido Social Progressista por vários anos - na qual este clima esteve presente. Este núcleo articulou-se com o movimento operário. Mas o divisor de águas para que tal movimento apresentasse certo impulso foi a greve[44]dos ferroviários da "Great Western" ocorrida em 1920, em âmbito regional[45]. Café Filho liderou a greve dos estivadores de Natal por "aumento salarial, que paralisou toda a cidade de Natal, no ano de 1923".

Aceitas as reivindicações dos estivadores por aumento salarial, Café Filho continuou a mobilizar o operariado. Deflagraram uma greve geral. Essa greve foi duramente reprimida com o argumento de que havia badernas, ao contrário de outras greves que se desenrolaram de forma "pacífica". Este relato da greve é uma amostra de como a Imprensa divulgava os procedimentos dos grevistas e sua indignação por tais atitudes. A greve de "Great Western", teve o apoio de imprensa em comunhão com todas as classes da sociedade local que a apoiaram, por causa do elemento aglutinador todos os segmentos da sociedade ao capital estrangeiro[46]. Que explicação teria tal assertiva? Tentaremos discutir no capítulo sobre o discurso propriamente dito.

---

[43] Ibid.
[44] Sobre a história das greves em Natal e no Rio Grande do Norte. Cf. SOUZA, Op. cit. pp. 96-104
[45] LINDOSO, Op. cit. p. 42
[46] SOUZA, Op. cit. p.100

1-BREVE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DO CONTROLE OLIGÁRQUICO NO RIO GRANDE DO NORTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA.

É importante lembrar o período que a oligarquia Maranhão esteve no poder, e em que preparou e controlou a máquina estatal para se perpetuar no domínio do estado, e para reprimir toda e qualquer oposição que questionassem de uma forma ou de outra seu poderio. O próprio aparelho administrativo que havia se constituído em toda a Primeira República, dava plenos poderes para que as oligarquias dominantes tirassem do caminho seus opositores.

Por esse motivo, faremos um breve histórico de como foi o estabelecimento da oligarquia Maranhão, pois esta tem suas raízes no Brasil e no Rio Grande do Norte desde a colonização. Com isso objetivamos ver como era que uma oligarquia ascendia o poder, principalmente num lugar que vivia economicamente de subprodutos, uma vez que a cana-de-açúcar havia entrado em decadência.

Primeiramente, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão[47] conseguiu com algumas estratégias políticas colocar toda a máquina administrativa do Estado a seu favor. Começou antes mesmo de proclamada a República. Para divulgar as idéias republicanas cria o jornal A República: órgão utilizado durante todo o predomínio da oligarquia no poder(1890-1913), para manipular a opinião pública., Passou a preparar o Estado para a permanência de sua família durante tanto tempo, ainda no governo de Adolfo Gordo (1889). "Conseguiu que este contratasse sem concorrência e sem fiscalização, a abertura da estrada Natal-Macaíba com o seu pai, Amaro Barreto de Albuquerque Maranhão em 1890."[48] Dissolve-se a Câmara Municipal e cria-se o Conselho de Intendentes que era composto por cinco membros eleitos pela comunidade, porém os primeiros intendentes eram escolhidos pelo governador. Nomeou o avô de Pedro Velho, Fabrício Gomes Pedroza para seu primeiro presidente da Intendência, e assim abria caminho para a entrada de seus familiares no executivo.Pedro Velho foi nomeado vice-governador do Estado ao lado de Dr. Joaquim Xavier da Silveira Júnior (governador) - devido a instabilidade política no novo regime, em todas as províncias, num breve espaço de tempo, foram nomeados diversos governadores- e como vice influenciou o governador a baixar o Decreto n°26, de 19-05-1890, para isentar

[47] Ibid. p.119
[48] Ibid.

Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de documentos. NEHAD

o pagamento de direitos de exportação os produtos da Fábrica de Fiação e Tecidos de Natal, que pertencia ao seu cunhado Juvino Barreto.

Quando assumiu provisoriamente o governo do Estado (de 19 de setembro a 7 de novembro de 1890), Pedro Velho baixou o Decreto nº51, concedendo ao seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão (e outros amigos), o direito de por 50 anos construir uma estrada de ferro, de Areia Branca a Luíz Gomes, numa época em que obter privilégio de implantar e explorar uma ferrovia era um grande negócio. Baixou o Decreto nº71 de 6-11-1890, elevando a 10% o imposto que pagam os açúcares refinados que tenham entrado no Rio Grande do Norte, vindos quer de outros estados quer do estrangeiro."[49] Tudo isso só para proteger a indústria açucareira do seu irmão Fabrício proprietário da usina "Ilha do Maranhão" em Canguaretama.

Para as eleições de 15 de novembro de 1890 para que cada estado elegesse seus representantes e Constituinte Federal, Pedro Velho conseguiu aglutinar para a chapa do Partido Republicano as lideranças de 26 municípios do Estado. Para o Senado foram: José Bernardo de Medeiros(avô do futuro chefe da oligarquia do Seridó- década de 1920), José Pedro de Oliveira Galvão (parente de Pedro Velho) e Dr. Amaro Cavalcanti.

"Para Deputado Federal, foram Pedro Velho, Dr. Antônio de Amorim Garcia, Dr. Miguel Joaquim de Almeida Castro e o Dr. Almino Alvares Affonso. Todos estes foram eleitos com expressiva votação, destacando-se em primeiro lugar o Dr. Almino Affonso. A oposição, fragmentada em várias chapas, foi impiedosamente derrotada"[50]

Nessa ocasião formou-se a estrutura política no Estado do Rio Grande do Norte, para imposição desta oligarquia (Maranhão).

No dia 28-02-1892, foi eleito pelo Congresso do Estado, Pedro Velho para Governador, e sua principal característica no governo foi "a organização do Estado Republicano no Rio Grande do Norte. Apesar de ser médico fez obra de jurista".No final do século XIX, a oligarquia Maranhão "já dominava Intendência de Natal, a de Canguaretama, o Correio Central, o poder Legislativo, o Senado e a Câmara Federal. Faltava apenas dominar mais diretamente o Governo do Estado."[51]

---

[49] Ibid. p. 121
[50] Ibid.
[51] LINDOSO, Op. cit. p. 123

A comissão de Melhoramento do Porto, que funcionou muito tempo como "cabide de emprego", foi entregue a mais um membro da oligarquia Maranhão, antes que Pedro Velho entregasse o Governo do Estado ao seu sucessor. Affonso Maranhão Filho, foi nomeado pelo Governo Federal para exercer a função de engenheiro desta Comissão, sem que fosse engenheiro. "Ali dizia a oposição, havia mais protegido da oligarquia Albuquerque Maranhão do que grãos de areia nas dunas da Redinha."[52]

Durante todo o domínio desta oligarquia, revezava-se no governo do Estado, ou um membro desta família ou alguém de sua inteira confiança. Nesse momento, tanto a imprensa de oposição quanto a justiça foram perseguidos.

Sucedeu Pedro Velho, seu correligionário Joaquim Ferreira Chaves (1896-1900), no mandato deste fizeram um artigo que diminuiu a idade de 35 anos para 25 anos para candidatar-se a algum cargo público - depois seu irmão Alberto Maranhão foi governador (1900-1904), com 26 anos, por causa do art. 28, item 3°, &4° que, modificou a constituição que estabelecia que uma das condições para que fosse eleito governador ou vice, era ter mais de 35 anos. De 1904-1906 Augusto Tavares de Souza(da facção pedrovelhista) - em 1906-1906. E em 1908-1914, temos o segundo governo de Alberto Maranhão.

No ano de 1904, no governo Tavares de Lyra, houve uma grande seca no Rio Grande do Norte, e cerca de 15 mil flagelados invadiram a capital " a procura de trabalho, comida e transporte para emigrar."[53] O governador recebeu verba para socorrer os flagelados que ficaram no interior, mas em vez de fazer isto, aplicou tudo na construção e no ajardinamento da Praça da República, passando a se chamar Augusto Severo, e utilizou este contigente de pessoas para trabalhar na obra sendo mal remunerados, e as vezes nem eram pagos.

Essa atitude demonstra a facilidade de desviar o dinheiro público, uma vez que todos os órgãos de inspeção pública ficavam nas mãos da oligarquia.

Para desarticular tal oligarquia do poder se deu o sentido inverso de todos estes procedimentos citados de como a família Maranhão se articulou.

Percebe-se nessa descrição que o nepotismo, mandonismo, situacionismo, controle da máquina estatal e todos os seus órgãos, enfim, todas as características da política na Primeira República, estiveram presentes na administração ou poderio da oligarquia Maranhão. Eis um exemplo fiel das estruturas de poder na sociedade, economia e política

[52] Ibid.

na Primeira República. Muito embora, segundo Oliveira, as oligarquias norte-rio-grandense e dos demais estados, servem "apenas de confirmadores das decisões dos estados majoritários que formalizam o ser domínio com um poderio peculiar de poder em períodos de mandatos governamentais intercalados, chamado de política do café-com-leite."[54]

[53] Ibid., p. 128
[54] OLIVEIRA, Laecio Luiz de. Op. cit., pp. 7-8

III- DISCURSO OFICIAL E ORDEM PÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE DURANTE OS ANOS DE 1920.

Na década de 1920 havia um clima de instabilidade quanto a manutenção da ordem pública no Rio Grande do Norte, mais precisamente em Natal. Este clima é reflexo dos acontecimentos em âmbito nacional e internacional. Devido as crises constantes na economia brasileira com a desvalorização do café no mercado internacional, e a preponderância dos cafeicultores no domínio do cenário político do Brasil e as insatisfação de outras oligarquias que estavam se desenvolvendo com abertura do mercado externo para as economias periféricas, juntamente com a insatisfação da média oficialidade do Exército e a contestação ao regime que desde o início não era democrático mas oligárquico. Essas contestações se deram desde o início da República mas na década de vinte ocorreram de uma forma mais intensa, por causa da Revolução Russa de 1917 e a Primeira Guerra Mundial. A primeira estimulou o avanço dos ideais anarquistas, pregados no Brasil principalmente por imigrantes italianos e a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB). A segunda estimulou o avanço da indústria brasileira.

Este clima de instabilidade se deu em todo o Brasil, porém com peculiaridades na região Nordeste.

Diante deste quadro, houve a necessidade de mobilização das oligarquias dominantes no intento de manter-se no poder. Com este objetivo intensificaram a repressão a qualquer tipo de reação contrária ao regime vigente. Era necessário manter a ordem pública. No Rio Grande do Norte as oligarquias dissidentes estimulavam o modesto número do operariado a participarem de greves para reivindicar aumento salarial. Vale salientar que a população geral deste estado era diminuta em relação ao país. Para se ter uma idéia em 1920 a população de Natal, era de 31.035 hab.[55]

Analisando os discursos do governo na década de vinte, observam-se algumas informações que nos levam a perceber contradições entre o discurso oficial e as atitudes dos governadores diante dos movimentos reivindicatórios. Essa análise só é possível ser feita devido a leitura de alguns artigos de jornais de oposição. Será feita a transcrição de algumas mensagens no momento em que houve algumas das greves ou acontecimentos de

[55] CARONE, Edgar. Op. cit. p.12

maior relevância na capital e/ou em alguns municípios do Rio Grande do Norte, como o caso da greve dos estivadores e dos trabalhadores da fábrica de tecido liderados por João Café Filho que culminou na greve geral dos operários de Natal (1923); o caso da coluna de prestes na vila de São Miguel(1926); o cangaço com Lampião e seu bando(1927) que invadiram e saquearam algumas cidades e povoações da Zona Oeste, principalmente Mossoró. Serão analisadas as mensagens dos anos respectivos a estes acontecimentos.

I- Discurso oficial

Os discursos de governo eram reproduzidos para a sociedade norte-rio-grandense através de alguns órgãos da imprensa como o jornal A República; pela Universidade Popular criada no governo José Augusto e por fim, pelas associações católicas que contestavam a ideologia anarquista entre outros.

1.1-O jornal A República

O jornal A República perpetuava a ideologia dominante e a "sutil" repressão sobre as classes que demonstrassem sua insatisfação através de manifestações públicas. Foi fundado em janeiro do mesmo ano que proclamaram a República - por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão - e ficou nas mãos da oligarquia Maranhão durante todo o período em que esta esteve no poder (1890-1913) e em toda República Velha. Isso é percebido em artigo de 01 de janeiro de 1920 quando Antônio de Souza assume o poder, e sua figura é exaltada no jornal: A. S. Excelência deve o Rio Grande do Norte o primeiro Grupo Escolar e, especialista em matéria pedagógica, agirá, com certeza no sentido de desenvolvermos progressos do ensino entre nos sem a menor solução de continuidade. De que o não preocupará somente este problema, aliás grandioso, nos dá prévio abono a admirável Carta Familiar, documento preciso e tanto mais valioso quanto foi escripto pela mão leal de um homem capaz de executar o que promete...[56]

É importante lembrar que a oligarquia Maranhão perdeu seu poderio no Estado nas eleições para o governo do Estado no momento de incursão da campanha salvacionista de José da Penha, por volta de 1913 no Rio Grande do Norte. Os Maranhões teriam que indicar alguém de sua confiança para sucessão do poder, que não fosse de sua família, para camuflar a perpetuação oligárquica.

---

[56] A REPÚBLICA, 01 jan. 1920

Indicam Ferreira Chaves, em acordo com Tavares de Lira, que queria sair na chapa como governador- este por sua vez sugere a Chaves que renuncie seis meses depois para que ele pudesse assumir o poder. Ferreira Chaves assume o poder e fica no governo durante todo o mandato. Nesse momento passa a desmantelar a máquina administrativa que poderia fazer com que os Maranhões voltassem ao poder. Tal atitude deu certo, pois o mandato de Alberto Maranhão como governador (1910-1913), foi o último da oligarquia.

Em contrapartida Ferreira Chaves passou a fazer o que os Maranhões fizeram para se perpetuar no poder, e quando sai do governo coloca um sucessor de sua confiança - Antonio de Souza - e continua a dar as coordenadas no governo (1920-1923), agora como senador.

A família Maranhão continuou na administração do jornal A República, para que pudessem continuar manipulando a imprensa local e reproduzindo os discursos de governo.

O discurso era a democracia. Esta por sua vez se caracteriza pelo poder emanado de todas as pessoas, o povo. Na prática, na Primeira República o poder se concentra nas mãos de algumas poucas pessoas, que pertenciam a uma classe social ou grupo político. Contudo, no jornal dos Maranhões segue-se o discurso: "... incapaz de mentir a sua consciência de democrata."[57]

De acordo com Souza, "não havia jornalismo profissional. Cada jornal era montado e mantido pelos grupos políticos em luta pelo poder. A linguagem era bastante pesada, sem máscara, quando se tratava de atacar e destruir o adversário, porém bastante suave e elogioso para promover os seus correligionários[58].

Apesar do continuismo político, o discurso apresentado era o da democracia.

Se o jornal A República não assumisse esta postura, teria o mesmo destino que os outros de oposição, como narra Itamar de Souza

> "A destruição das duas tipografias foi completa. Nada respeitaram, na sanha feroz que os excitava, os selvagens agressores. Não só o material e aparelhos tipográficos, mas objetos de escritório, livros, arquivos, grande quantidade de cartões e papel, quadros, móveis, tudo foi violado e destruído. Na tipografia do Diário do Natal, tentaram incinerar os destroços, mas o incêndio foi logo apagado, por ter se feito ouvir a voz do Dr. Juiz seccional, Olympio M. dos Santos Vital que,

[57] A República. Op. cit.
[58] SOUZA, Op. cit. p. 182

acordando com o barulho, chegou à janela de sua residência fronteira a tipografia, e perguntou se aquilo era um incêndio."[59]

Esses incêndios eram provocados pela polícia que era uma extensão do domínio oligárquico, um dos favores do governo central. Assim, Souza continua a afirmar:

> *E foram os oficiais e soldados do corpo de policia os assaltantes, é fato que se impõe a evidência, pois o Diário do Natal, sendo na mesma rua, e a poucos passos da chefatura policial e do Palácio do Governo, e da delegacia fiscal, não apareceu nenhuma força de policia para obstar o crime.*[60]

Esta era a situação da imprensa na sociedade potiguar. Ou ficava do lado da oligarquia dominante, e continuavam a manipular a opinião pública de acordo com as idéias da elite, ou então teria o mesmo destino do jornal Diário de Natal.

1.2-Universidade Popular

A Universidade Popular foi criada pelo governador José Augusto Bezerra de Medeiros, com o intuito de contrabalançar a liderança de Café Filho junto ao operariado do Rio Grande do Norte[61].

José Augusto uniu-se aos coronéis do interior do Estado, e à Igreja Católica na pessoa de D. José Pereira Alves, bispo de Natal, para a realização de "um movimento doutrinário dirigido à classe trabalhadora."[62] A Igreja Católica era uma instituição conservadora e, de certa maneira, aliada à classe dominante.

Com este objetivo, a Universidade Popular foi criada (1925), e estendia-se de Natal aos municípios de Goianinha e Touros. Isso fica bem claro no discurso pronunciado pelo ministrante de sua aula inaugural, D. José Pereira Alves, conclamando o operariado a ser pacifista- centrando-se, assim, nessa conclamação todo o discurso da década - dando a justificativa de que Deus era o "Grande Operário". Finalizou sua aula afirmando que os operários só tinham duas alternativas: "Ou Deus ou a Revolução."[63]

Nas aulas seguintes os temas seguem o mesmo esquema: O Movimento Operário; A Regulamentação do Trabalho; A Educação Operária; Assistência e Proteção aos Menores; A Influência do Passado; A Importância da Educação Moral e o Valor do Cooperativismo na Vida dos Povos. Em Goianinha seguiu-se o mesmo esquema: A

---

[59] Ibid.
[60] Ibid.
[61] Ibid. p.106
[62] Ibid.

Questão Social; Goianinha cem anos antes; Goianinha, cem anos depois; Os Heróis do Rio Grande do Norte; A Ação Operária e a Fé Católica. Em Touros: A Questão Social.

A questão social era o tema-base das palestras conferidas. Não que seus interlocutores se preocupassem com isso, mas porque era a preocupação do operariado, por isso nada mais oportuno do que trabalhar esse tema para que a classe dominante passasse sua ideologia à classe operária. Essa era a melhor maneira. Uma prova é que em todas as palestras o operariado era bem representado por um bom contingente de pessoas.

Os coronéis e o governo tinham receio de que as reivindicações do operariado se agravassem a ponto de sair do seu controle, justamente pelo fato de Café Filho ter conseguido aglutinar - sob sua liderança - o operariado da capital, organizando o sindicato dos operários de Natal com o ajuntamento de várias categorias (de lavadeiras a têxteis), realizando importantes mobilizações grevistas na década de vinte.

1.3- Associações Católicas

As associações Católicas brasileiras começaram a ser criadas desde o início do século XX, quando a Igreja Católica deu origem a Organização dos Operários Católicos. Contudo é bom frisar que, segundo Edgar Carone, "até 1920 o movimento operário ativo ser mais de anarquistas e anarco - sindicalistas, os católicos, os socialistas e os sem orientação política também participaram do funcionamento destes órgãos; depois de 1920, os comunistas lutarão para impor sua tática e dominar os sindicatos".[64] A partir de 1917 os chamados Círculos Católicos passaram a atuar nas relações de trabalho como conciliador dos interesses de empregados e empregadores. Porém, segundo Carone, o mutualismo e cooperativismo pregados pela Igreja, são "contrários aos interesses do operariado e só favorecem o patrão, que impõe suas condições ..." e que "desviam o sindicato de suas finalidades e principalmente, da atitude de resistência."[65] Só a presença da Igreja Católica no movimento operário já desestruturava de um certo modo o operariado. De acordo com o anarquismo que é anticlerical radical, a Igreja incute nas crianças a ignorância ao esclarecimento das coisas, e nos adultos o temor de um Deus implacável, através da educação.[66]

---

[63] SOUZA, Op. cit. p. 106
[64] CARONE, Op. cit. p. 198
[65] Ibid.
[66] Ibid. p. 215

Os Círculos de Operários Católicos de Natal e do interior potiguar, eram orientados pela mesma ideologia dos círculos de São Paulo, dando apoio incondicional "a todas as classes conservadoras na atual emergência" e "ao lado do governo para a repressão ao anarquismo".[67] Não é difícil entender o por quê: os anarquistas resistem ao patronato e se opõem ao mutualismo ou cooperativismo católicos, mas sua característica principal é a solidariedade. Fazem um intercâmbio "doutrinário, literário e prático tanto no país como exterior a ele."[68]

Já as Associações Católicas inspiradas no cooperativismo, preconizam seus princípios como meio de progresso da humanidade. As classes cooperam entre si para o progresso da nação. Este princípio, em nada se contrapõe a classes dominantes, pelo contrário, contribui com ela desmantelando o princípio das organizações ideologicamente direcionadas ao melhoramento das condições de trabalho e sociais dos operários. Nesse sentido, a Igreja com suas corporações se declara vinculada ao verdadeiro socialismo, confundindo este último com seu cooperativismo. Por este motivo, o fundador desta associação em Natal, Dom Antonio dos Santos Cabral, declara que o "operariado cristão, vinculado ao verdadeiro socialismo de doutrina adversa do falso socialismo, ou anarquismo que procura convulsionar o mundo."[69]

Em 1928, através do discurso de um jornalista d'A República temos o entendimento de que esta doutrina já estava na mentalidade da elite norte-rio-grandense, e a representação da visão que ela estava repassando para classe trabalhadora, como sendo seu próprio discurso: "É consolador o movimento operário que se desenrola neste Estado. As 39 corporações que se aliam ao elemento trabalhador, sem distinção de classes ou nacionalidade, vivem empenhadas em ampará-lo em todos os pontos de vista, tornando sólido o futuro da numerosa família que, sem pátria, é a chave do suntuoso templo do trabalho de todas as nações..."[70]

A Igreja doutrinava o operariado para que cooperasse no continuísmo e desenvolvimento do domínio sobre a população natalense que estava sendo inflamada pela liderança de Café Filho, entre outros, mantendo desse modo, a ordem vigente.

---

[67] DULLES, John W. F. Anarquistas e comunistas no Brasil, (1900-1935). p.101
[68] CARONE, Op. cit. p. 215
[69] A REPUBLICA, 28 jul. 1919
[70] A REPÚBLICA, 1928

2-Contraposição ao discurso oficial

O discurso apresentado pela "velha História" ou história tradicional que tergiversou a opressão e a miséria que vitimava o povo durante tanto tempo, reproduz muito bem o discurso oficial dos governadores Norte-rio-grandenses quanto a questão da ordem pública. A ideologia pacificista - reflexo de toda a estrutura cultural no sentido antropológico, da geografia e das relações externas - que rotula o povo brasileiro como pacíficos e cordiais (cordeiros), perdura durante toda a República Velha[71].

No Rio Grande do Norte na década de 1920, é possível perceber a contraposição existente entre os discursos do governo em suas Mensagens ao Congresso Legislativo e a notificação de algumas manifestações de contestação ao regime através de jornais oposicionistas. Demonstrar-se-á a interpretação destes jornais à realidade do período estudado na descrição de três fatos ocorridos no Estado, que teve uma repercussão significativa para a sociedade da época: a greve da fábrica de tecidos (1923); a Coluna Prestes no Rio Grande do Norte (1926) e o combate ao cangaceirismo (1927). Desta forma, tentar-se-á detectar através da imprensa oposicionista, os elementos que se propagam ou se apreendem no campo das idéias e/ou mentalidades das pessoas da época, perpetuadas pelos veículos de manipulação de "massa", ou os mecanismos de controle social como a imprensa que ainda surgia muito timidamente, a relação entre coronéis e agregados.

Para contrapor o discurso à prática, faremos a transcrição de alguns artigos de jornais dos três acontecimentos citados, e as mensagens dos relatórios de governo do Estado, com relação a questão da ordem pública em seus respectivos anos.

2.1-A greve da fábrica de tecidos e o discurso (1923)

Depois da greve dos estivadores, liderada por Café Filho (1923), sendo atendidas suas reivindicações de aumento salarial, a classe operária se reuniu para uma outra greve: a greve dos trabalhadores da fábrica de tecidos, também liderada por Café Filho. A fábrica foi de propriedade de Juvino Barreto (da família Maranhão), mas apesar de ter sido vendida a Francisco Solon, continuava sendo dirigida por Jorge Barreto Maranhão. Esta greve teve grande importância por poder contar com a adesão de outras categorias de

---

[71] MELLO, João Wilson Mendes. Introdução ao estudo da História. p. 39

Núcleo de Estudos Históricos, Arqueológicos e de documentos
NEHAD

trabalhadores (padeiros, estivadores, etc). Enquanto que na greve da "Great Western" houve uma adesão da classe média e da elite intelectual do estado, esta por sua vez, uniu os trabalhadores de um modo geral, mobilizando-os e causando pânico tanto na classe dominante como àquela que estava galgando o poder.

Um dos motivos para o medo foi o desvio da greve quanto aos moldes doutrinários: "pela paz e dentro da lei". Isso causou um certo pânico na própria oposição por temer que as reivindicações tomassem proporções maiores e chegassem a atingi-la.

Eis o que A Imprensa de 1923, escreveu a respeito da greve:

> *Os carregadores, duma hora para outra, fundaram uma sociedade, criaram um presidente, formando uma tabela de preços simplesmente estorquidora(sic!). Logo depois os carregadores fizeram a greve. Sob a direção do Senhor João Café Filho, a orientação dos grevistas longe de tomar-se de simpatias, ficou irregular, e vexativa.*
> *Os operários da fábrica de tecidos, padeiros e estivadores aderiram em solidariedade a greve.*
> *Poucos dias são passados em que os estivadores tiveram as suas pretensões satisfeitas. Todavia, massa sempre pronta a permanecer ao mando do Café Filho, declaram-se em parede, em nada justificável e em tudo observada.*
> *A greve não ficou pacífica. Os dirigentes fizeram o possível para torná-la eficientíssima. Desta forma tivemos um carroceiro gravemente ferido, passamentos, gritarias, ameaças, etc. A ação dos estivadores ficou perfeitamente nula ante a energia e decisão do Comandante Raul Elysio Daltro, capitão do porto. Os sentenciados sob a custódia policial têm feito serviço militar com proveito absoluto.*
> *A Associação Comercial, a verdadeira potência das classes conservadoras, reuniu-se em sessão sob presidência do Coronel Francisco Cascudo, criando uma tabela oficial de preços para carretos. Dizem que esta tabela, aceita pelos carregadores, é impugnada pelo Senhor João Café.*
> *O Dr. Sebastião Fernandes, Chefe de Polícia, policiou em pessoa os pontos, garantindo o tráfego e fazendo acompanhar os carregadores por soldados do esquadrão.(...)*[72].

O jornal cita um dos mecanismos de repressão utilizados pela polícia para inibir o movimento grevista: "Os sentenciados sob a custódia policial têm feito serviço militar com proveito absoluto."

A oposição que se fazia era apenas a nível de grupos oligárquicos (partidários e coronelísticos), enquanto que a oposição a nível ideológico não era identificada. Veja-se esta assertiva no jornal A Imprensa:

> Os grevistas atacaram diversos carregadores não aderistas, e tendo pedido garantias à Policia um pelotão de cavalaria fez dispersar os grupos

[72] A IMPRENSA, 25 mar. 1923

aglomerados na Tavares de Lyra, em ameaça gritante aos nossos costumes pacatos.

Percebe-se que no campo do discurso tanto oposição como classe dominante reproduzem a mesma coisa: era necessário conter os ânimos, pois temiam a desestruturação da sociedade, e da própria condição em que a oposição estava na sociedade pela "ameaça gritante" aos seus "costumes pacatos". Eis o que o governo diz a esse respeito em discurso oficial de 1923:

Polícia Administrativa

Mantém-se inalterada a ordem pública em todo o território do Estado. Durante o ano decorrido tiveram certa frequência, tanto na capital como em alguns municípios, casos de exacerbação de ânimos, de que poderiam ter resultado graves desordens, mas a índole naturalmente pacífica do povo e as providências oportunamente adaptadas pela administração e pela polícia, foram bastantes para que nenhum facto de maior importância tivemos de lamentar.[73]

O governo praticamente omite a ocorrência da greve.

A oposição reproduz claramente o discurso de governo[74].

Mas em suas memórias, Café Filho, conta como foi o cerco da polícia, e como ele teve que fugir para não ser pego:

No momento agudo da greve, a polícia cercou todo o quarteirão em que se situavam a minha casa e o Jornal do Norte, que eu dirigia. Rompi o cerco durante a noite, em companhia da minha mulher, saltando os muros dos quintais vizinhos, até alcançar a casa de Nascimento Fernandes, irmão do meu sogro e do Chefe de Polícia.

Dois tios de minha mulher: um, Chefe de Polícia, a cujas forças perseguidoras tentávamos escapar; o outro, a nos recolher, em sua casa, no trajeto de nossa escapada...

Os quintais eram divididos por muros de tijolos, no cimo dos quais se incrustavam fragmentos de vidros pontiagudos, para impedir que fossem atravessados. Levávamos conosco uma rede, que recobria a superfície cortante, à medida que transpúnhamos cada obstáculo.

---

[73] MENSAGENS do Governador Antonio de Souza, 1923

[74] SOUZA, Op. cit. p. 103 Cf. A IMPRENSA, 1925

A solidariedade dos vizinhos e daquele tio de Jandira, permitiu-nos completar a fuga. Na casa de Nascimento Fernandes, enverguei uma farda do Tiro-de-Guerra e, desse modo, ao atingir o quarteirão da Delegacia Fiscal, podia ser confundido com um soldado da guarda.

Ali fui apanhado de carro por Felinto Manso, na época, meu prestimoso amigo e que seria mais tarde sogro do meu cunhado João Carvalho[75].

Este foi o começo de uma série de reivindicações trabalhistas lideradas por Café Filho, e da ameaça que ele representou ao governo estadual. Em meio a greve surgiram outras entidades representativas da classe trabalhadora. Contudo, rapidamente, os governadores trataram de criar formas para contrabalançar esta situação como a fundação da Universidade Popular (1925). Portanto, nos governos de José Augusto e Juvenal Lamartine as associações do operariado passaram por uma fase de "acomodação aos interesses da classe dominante".[76] Isso não foi difícil de se fazer, uma vez que as causas da maioria dos movimentos reivindicatórios em Natal, eram de cunho imediatista - aumento salarial - sem a preocupação de suas lideranças de trabalhar no campo das idéias, mas sim de aproveitar esta onda de euforia para ajudar na conquista de seus interesses, principalmente de assumir um cargo político. Segundo Lindoso, "A mobilização do operariado da capital, que demonstrava um certo grau de autonomia, enfrentou, no entanto, uma dura ofensiva governamental, cuja face principal era a repressão violenta e direta, mas que envolvia, também, técnicas de cooptação das lideranças operárias, inclusive a reserva de lugares no Legislativo estadual para representantes dos trabalhadores que manifestassem a sábia disposição de cooperar na 'harmonia' entre as classes".[77]

2.2-A Coluna Prestes no Rio Grande do Norte (1926)

A incursão da Coluna Prestes por todo o Brasil, que demonstra a "insatisfação de militares e civis contra os processos eleitorais vigentes e o prolongado domínio político das oligarquias"[78], passou pelo Rio Grande do Norte no ano de 1926. Este fato deixou toda a classe dominante muito assustada que, em contrapartida passavam para a população norte-rio-grandense sua preocupação, para conseguir seu apoio e obstruir sua adesão a tal movimento. Veja-se o discurso do governador José Augusto em relação a tal "perigo":

---

[75] Ibid. pp. 103-104, Cf. FILHO, João Café, p. 45
[76] SOUZA, Op. cit. p. 104
[77] LINDOSO, Antonio Spinelli. Op. cit., p. 42
[78] SOUZA, Op. cit. p. 196

O movimento de rebeldia e desordem, iniciado em São Paulo, há mais de dois anos, capitaneado a principio pelo general reformado Isidoro Dias Lopes, e depois por Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes, não está ainda de todo estincto.

Ao contrário, vez por outra, surge o bando revelo e invadindo e devastando cidades e campos de muitos dos nossos Estados da Federação.

Nos últimos mezes do anno passado, a onda revolucionária chefiada por aquelles militares transviados attingiu os Estados do Maranhão e Piauhy, onde assumiu proporções alarmantes.

Organizada a reação pelos governos locaes e pelo Governo Federal, tive, por solicitação deste, de cooperar na defesa da ordem e da legalidade, com um contingente da Força Militar do Estado, composto de 103 praças, sob o comando do capitão Appolonio Augusto Seabra de Mello. (...)

A INVASÃO DO NOSSO ESTADO. Batidos nos estados do Piauhy e Maranhão, em breve estavam os rebeldes no Ceará, a caminho do nosso estado.

Prevendo a sua passagem pelo Rio Grande do Norte, cujos recursos militares sempre foram poucos, e, no momento, estavam ainda desfalcados pelo contingente enviado ao Norte da república, dirige-me, desde logo, creio que em 18 ou 19 de Janeiro, ao eminente Sr. Presidente da República, e depois ao Sr. General João Gomes, chefe das forças em operações no Norte do paiz, ameaçados, e pedindo-lhes os recursos de forças, e, sobretudo, de armas, e que careciamos, para a organização da defesa do nosso território. (...)[79]

Nota-se na fala de José Augusto, a união das oligarquias de poder para enfrentar o inimigo "rebelde", "militares transviados", porque contestam a ordem das coisas. E o interessante do governo no discurso, tanto em exaltar aqueles cujas as ações decorrem para a perpetuação da ordem no estado de coisas a que estão vivendo, quanto em denegrir a imagem daqueles que transgridem ou questionam suas posições na escala hierárquica e piramidal do poder republicano, que é vertical e de cima para baixo.

O estado se mobiliza e se reúne para não perder suas fronteiras sendo esta a desculpa oficial das oligarquias para manipular a massa popular para ajudar no combate a Coluna Prestes: "cooperar em defesa da ordem e da legalidade, com um contingente da Força Militar do estado ..." Pelo que também o deputado Juvenal Lamartine (sucessor de

[79] MENSAGEM do Governador José Augusto ao Congresso Legislativo. 1926, p. 23 - 24, Arquivo Público.

5José Augusto), se oferece em organizar, "com elementos populares do nosso Estado, a sua defesa, com recursos de que pudéssemos dispor, entreguei a S. Exa., que imediatamente seguiu para a cidade de Mossoró, acompanhado do Dr. Silvino Bezerra, chefe da polícia, tenente-coronel Joaquim Anselmo, comandante da polícia militar e tenente Genésio Lopes, meu ajudante de ordens, a direção, em todo o Rio Grande do Norte, da defesa de suas fronteiras."[80]

Na verdade o que estão propondo é a defesa dos ideais de continuidade do regime da forma que vinha sendo praticado, o poder oligárquico e coronelístico sobrepondo o seu domínio a outras classes sociais. A coluna Prestes assim como outros movimentos, causou inquietação em toda a sociedade, pois a medida em que estes iam surgindo, impulsionavam as oligarquias com toda a sua máquina administrativa no esforço para criar o monstro rebelde na mentalidade da massa popular.

2.3 - O combate ao cangaço (1927)

Na Primeira República não temos registros de cangaceiros no Rio Grande do Norte, pois segundo as informações de Souza, o "único norte-rio-grandense que tornou-se cangaceiro foi Jesuíno Alves de Melo Calado, vulgo Jesuíno Brilhante"[81] que nasceu em Patu (1844-1879), falecendo dez anos antes da proclamação da República.

Há de se fazer uma distinção entre o capanga e o cangaceiro, pertinente à nossa análise. O primeiro é homem de confiança do coronel, obedecendo-lhe em tudo quanto é mandado. Já o cangaceiro é um tipo de rebelde que libertou-se do poder do chefe político para quem executava os serviços. Ele age com autonomia e por seus pensamentos próprios, prova a sua coragem pessoal pela força das armas, no enfrentamento de várias situações, vivendo como grupo nômade.

Pelas fronteiras que faz com o Ceará, Paraíba e Maranhão, a zona Oeste do estado do Rio Grande do Norte era mais propensa a invasores que viessem desses estados. Foi assim que em 1922, houve um boato que assustou as autoridades norte-rio-grandenses: "mais de cem telegramas, passados por presidentes de intendência, magistrados, autoridades policiais, chefes políticos e particulares chegaram ao palácio do governo procedentes de Carnaúbas, Augusto

[80] Ibid. p. 25
[81] SOUZA, Op. cit. p. 192

Severo, Apodi, Martins, Patu, Luiz Gomes, Pau dos Ferros, Serra Negra, Caicó, Acari, Nova Cruz e Pedro Velho noticiando a iminente invasão do interior por cangaceiros perseguidos pelas polícias do Ceará e da Paraiba."[82] Contudo, toda esta preocupação não condiz com a realidade, pois os cangaceiros não chegaram a adentrar no território norte-rio-grandense, eles apenas passaram "pelas extremas do município de Luiz Gomes, onde praticaram depredações de pouca importância numa fazenda, ..."[83] como relatou o governador Antônio de Souza.

A descrição deste fato demonstra mais uma vez o caráter persuasivo do discurso incutido na mente da população potiguar, horror a figura do cangaceiro, por este não perpetuar o sistema vigente e suas estruturas. Souza escreve que a população da época entrou em pânico.[84] Mas, num período em que não havia uma comunicação rápida entre os municípios, devido ao próprio fato de que os meios de comunicação eram poucos, e em que a distância entre eles tornava-se maior do que nos dias atuais, justamente pelas precárias condições das rodovias, ferrovias, etc. é mais provável que este pânico fosse da classe dominante.

Mas não é do nosso interesse discutir aqui a questão do cangaço, numa perspectiva explicativa do que os cangaceiros fossem - criminosos ou revoltados (conscientes ou não) com a opressão social - mas sim o tipo de discurso que era reproduzido para manutenção da ordem ameaçada por sua "rebeldia". O que levou o sertanejo a romper com o perfil tradicional de homem pacífico, obediente e conformado? As explicações a essa pergunta deveriam ter um cunho "científico".

A preocupação dos coronéis não era de todo por que temiam ao bando, e sim por medo que houvesse a possibilidade de adesão da classe oprimida e miserável. É possível perceber isso nas proposições de José Augusto na sua Mensagem proferida acerca do batalhão da Polícia Militar no ano de 1927.

Nesse ano não houve apenas alarme, mas realmente invasão de cangaceiros. Observa-se no relato apresentado, que continua a propagação da idéia de que o norte-rio-grandense é de hábitos pacíficos e não é de índole criminosa:

> *Não há gente de hábitos mais pacíficos nem de temperamento mais avesso ao crime que a do Rio Grande do Norte.*

---

[82] Ibid., p. 193
[83] Ibid., p. 193
[84] Ibid., p. 192

> *As estatísticas são n'esse particular de rara eloquência, altestando na pequena cifra de criminalidade, todos os annos revelada, a verdade do que deixa dito*[85].

Mais a frente José Augusto é mais claro quanto ao que está intrínseco nesse discurso, confirmando nossa suspeita de que sua verdadeira intenção, é impedir que através do discurso os cangaceiros pudessem abalar as estruturas de domínio oligárquico:

> *"A invasão do Estado por hordas de cangaceiros vindos de outros pontos do paiz, e a necessidade de impedir que no território norte-rio-grandense pudesse vir a proliferar pela impunidade tão nefanda praga, (...)"*[86]

A verdadeira intenção de todos os discursos apresentados pelos governadores da época era na intenção de manter a ordem pública.

[85] MENSAGEM do Governador José Augusto Bezerra de Medeiros. Congresso Legislativo. Natal, 1927, p. 86. Arquivo Público.
[86] MENSAGEM do Governador José Augusto, 1927, p. 22